



*Agenda 150 Anos de Memória  
Histórica do Tribunal Bandeirante*

*Homenagem ao  
Desembargador Luiz Gonzaga de  
Arruda Campos*

*19/11/2015*

# ÍNDICE

Clique nas chamadas para ser remetido para a página onde se localiza o texto

DISCURSO - Des. Sidnei Beneti (Orador em nome do Tribunal de Justiça de São Paulo - Leitura do discurso realizada pelo Des. José Roberto Bedran)

DISCURSO PROFERIDO EM NOME DA FAMÍLIA - Dr. Pedro Ivo de Arruda Campos (filho do homenageado)

ENCERRAMENTO - Des. Eros Piceli (Vice-Presidente do Tribunal de Justiça)

A Corte paulista, em cerimônia realizada no Palácio da Justiça, homenageou o desembargador **Luiz Gonzaga de Arruda Campos**, em continuidade à Agenda 150 Anos de Memória Histórica do Tribunal Bandeirante.

O Judiciário paulista homenageou o juiz Luiz Gonzaga de Arruda Campos, em evento realizado pelo projeto **Agenda 150 Anos de Memória Histórica do Tribunal Bandeirante**.

Luiz Gonzaga de Arruda Campos nasceu na cidade de Araraquara em maio de 1912. Formou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), turma de 1934. Ingressou na Magistratura em meio de 1946, como juiz substituto nomeado para a Comarca de Presidente Prudente. Atuou, também, em São Pedro, Capivari, Agudos, Rio Claro, Mogi das Cruzes e na Capital. Aposentou-se em maio de 1979 e faleceu em julho de 1991.

O ex-presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, desembargador **José Roberto Bedran**, iniciou a homenagem ao ler discurso do ministro **Sidnei Beneti**, orador em nome do Tribunal de Justiça, que não pôde comparecer à solenidade:

1. Luiz Gonzaga de Arruda Campos foi Magistrado e ser humano extraordinário. Um humanista culto, moldado nos tempos do núcleo familiar coeso, formado na estrutura da sociedade histórica do Brasil rural, quando as famílias se desenvolviam na dura estrutura das fazendas do interior, regidas pela devoção genealógica e pela fé cristã-católica, culturalmente lapidada desde as escolas primárias, muitas vezes nas próprias propriedades agrícolas, em ginásios e colégios rigorosos – que os frequentavam de paletó e gravata, e ultimada na Faculdade de Direito de São Paulo, então a única no Estado, no Largo de São Francisco.

Formou-se na Turma de 1934, tendo como colegas Professores, Magistrados e Procuradores de Justiça de nomeada, como, entre outros, Júlio Ignácio Bomfim Pontes, Dario de Abreu Pereira, Firmino Whitaker, Luís Antonio da Gama e Silva, Márcio Martins Ferreira, Octavio Gonzaga Júnior, Otto de Souza Lima, Paulo Carneiro Maia, José Nabantino Ramos, João Guzzo Filho, Mário Mello Freire, Osny Silveira, Miguel Reale e Raul Magalhães Lebeis, este último e o primeiro familiares de Paulo Bomfim – Turma que teve por Paraninfo o Prof. Honório Monteiro e orador da Turma Sebastião Meirelles Teixeira<sup>1</sup>. Turma que viveu, durante o curso acadêmico, a Revolução Constitucionalista de 1932, para cujos combates tantos estudantes, como Luiz Gonzaga de Arruda Campos, se alistaram, cumprindo o verso de Tobias Barreto immortalizado pelas Trovas Acadêmicas: “Quando se sente bater/No peito heroica pancada/Deixa-se a folha dobrada/Enquanto se vai morrer!”.

2. Os valores positivos do espírito humano eram sobranceiros, verdadeiros imperativos categóricos kantianos, “indobedecíveis”: o afeto familiar, a religiosidade católica, por vezes o positivismo de Comte, que tanto influenciou a história brasileira, e os movimentos sócio-políticos fortes, pautados idealismo intenso, conquanto também pela opção pelo Estado totalitário, de um lado o socialismo marxista-leninista e o de outro o integralismo, que dominou a Universidade e na vida pública nacional, fascinando estudantes da Academia, entre os quais, Luiz Gonzaga de Arruda Campos.

3. Nascido em Rincão, então distrito de Araraquara, em 3 de maio de 1912, filho de José de Arruda Campos, fazendeiro, uma das vítimas da terrível Crise de 1929, e D. Ambrosina de Arruda Campos, faleceu em 14 de julho de 1991, também em Rio Claro.

Constituiu família com a esposa dedicada e afetuosa, D. Kety Vasconcellos de Arruda. A Família Luiz

1 MACHADO JR, Armando Marcondes. “Centro Acadêmico XI de Agosto – Faculdade de Direito de São Paulo”, São Paulo, ed. Mageart, 3º vol., págs.1081/1084.



Gonzaga Arruda Campos tornou-se numerosa em filhos e filhas, cunhados e noras, netos e netas, bisnetos e bisnetas, que se homenageiam, representando netos e bisnetos, os filhos<sup>2</sup>: 1) Marilena de Arruda Campos Rodrigues, viúva de Roberto Rodrigues; 2) José de Arruda Campos Neto (Advogado), casado com Zélia Maria Bertoli de Arruda Campos; 3) Luís Antonio de Arruda Campos (Advogado); 4) José de Assis Moraes (Funcionário do Tribunal de Justiça, aposentado), casado com Maria Helena Moncaio de Moraes; 5) Carlos Áureo de Arruda Campos (Empresário), casado com Nilce Maria Altenfelder de Arruda Campos; 6) Pedro Ivo de Arruda Campos (Magistrado Aposentado), casado com Edisa Wehmuth Ragonha de Arruda Campos; e 7) Maria Teresa de Arruda Campos (Psicóloga, Diretora do Museu Municipal de Rio Claro), casada com Giorgi Bastos Coelho. Um irmão, o Desembargador Geraldo Amaral Arruda, prestou imenso serviço à Justiça dedicando-se à formação de Juízes de São Paulo, atividade em que tive a honra de com ele trabalhar, antes mesmo da criação da Escola Paulista da Magistratura e nela se incorporando.

4. Ingressou na Magistratura em 14.5.1946, como Juiz Substituto de Presidente Prudente, seguindo a carreira, ao tempo das quatro entrâncias no interior e uma na Capital: São Pedro (1ª Entrância), Capivari e Agudos (2ª Entrância), Rio Claro (3ª e 4ª Entrâncias) e Vara Distrital de Penha de França (Entrância Especial, por apenas uma semana para cumprir as cinco entrâncias, aposentando-se no dia 3 de maio de 1979), deixando sua despedida documentada em emocionada carta à Presidência do Tribunal<sup>3</sup>. Nunca foi Magistrado de 2º Grau. Por trinta anos, foi Juiz de 1ª Entrância, vinte e cinco dos quais em Rio Claro, onde criou a família, e onde ainda filhos radicados.

5. Comecei minha carreira como 2º Juiz Substituto da Circunscrição de Rio Claro, recomendada pelo grande conselheiro e amigo querido, Ranulfo Melo Freire, que logo me disse que Rio Claro era uma das melhores escolas para a formação de um novo Juiz – exatamente devido a Luiz Gonzaga de Arruda Campos e Antonio Joaquim de Oliveira, que também lá havia sido Juiz Substituto e voltado como Titular, tendo, ambos, por Promotores, Alcyr Menna Barreto de Araújo e Régio Eduardo Costa Barbosa. Cheguei, com a esposa, Sílvia, e a filha Ana Carolina no colo, pelos trens da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, ao tempo em que Juízes substitutos em regra não tinham carro e mudavam-se imediatamente para a Comarca, onde assinavam o livro de posse, marcando data da antiguidade. Logo comecei a aprender a ser juiz, sob orientação segura, e recebendo todo o amparo necessário à nova vida.

Em homenagem no saudoso Tribunal de Alçada Criminal, ao ensejo do sentido passamento, contei um pouco do que foi o Dr. Luiz, Diretor do Fórum – ou, mais que isso, verdadeiro “Diretor de Tudo no Judiciário”, a quem Juízes e Promotores mais antigos chamavam carinhosamente de “Luizinho”<sup>4</sup>.

“Ajudou a plasmar a magnífica cidade, cujo sangue circulou em suas veias. Deixou-lhe marca no trabalho pioneiro na recuperação de presos, instalando-os em prisão-albergue, muito antes que se pensasse na burocratização da lei, com a modéstia e a discrição dos que fazem as coisas simplesmente por fazer o bem como atividade normal da vida. E instalou em Rio Claro uma verdadeira Escola de Magistratura (...). Que Juiz passou por Rio Claro e região ou pela convivência do Doutor Luiz, ou ‘Luizinho’, e não lhe perpetua, entranhada no modo de ser de Juiz, um pouco da imagem? Neste Tribunal, Lourenço Agostinho Abbá Filho, Waldemar Nogueira Filho e eu iniciamos como Juízes Substitutos em Rio Claro; José Augusto de Abreu Machado foi vocacionado para

2 Netos: 1- Roberto de Arruda Campos Rodrigues; 2- Maria Cristina de Arruda Campos Rodrigues Oliveira; 3- Valéria de Arruda Campos Rodrigues; 4- José Osório de Arruda Campos Rodrigues; 5- Ana Paula de Arruda Campos Pellegrino; 6- Luís Eduardo de Arruda Campos; 7- Antonio Carlos de Arruda Campos; 8- Joseano Moncaio de Moraes; 9- Jonas Moncaio de Moraes; 10- Joselena Moncaio Moraes Raiz; 11- José de Assis Moraes Júnior; 12- Paulo César de Arruda Campos; 13- Marilena Altenfelder de Arruda Campos; 14- Luís Fernando Altenfelder de Arruda Campos; 15- Luís Gonzaga de Arruda Campos Neto; 16- Maria Fernanda de Arruda Campos; 17- William Iris Pereira Machado Luz; 18- Leonel de Arruda Machado Luz; 19- Vitor de Arruda Campos Machado Luz; e bisnetos: 1- Guilherme Rodrigues de Oliveira; 2- Eduardo Rodrigues de Oliveira; 3- Afonso Rodrigues Alves Beco; 4- Marina Brinkman de Arruda Campos; 5- Lara de Arruda Campos Furlan; 6- Helena Pavan; 7- Rafael Vandelli de Arruda Campos; 8- Júlia Helena Raiz; 9- Rodrigo Pellegrino; 10- Luana de Arruda Campos Cardoso; 11- Carolina Pellegrino; 12- Caio de Arruda Campos Cardoso; 13- Antonio Pavan Moncaio Moraes; 14- Estevão Stradioto Moraes; 15- Pedro Stradioto Moraes.

3 Diário Oficial da Justiça, 21.8.1979, p. 10.

4 Revista de Julgados e Doutrina do Tribunal de Alçada Criminal do Estado de São Paulo, n. 11, 3º Trimestre (julho/set-1991), p. 279/280.



a Magistratura pelas mãos de Luiz Gonzaga de Arruda Campos, visto que estudante de Rio Claro, assim como Alceu Penteadó Navarro com ele conviveu como estudante de Rio Claro; Emeric Levai e Régio Eduardo Costa Barbosa, ex-Promotores na Comarca; Sebastião Gonçalves Nogueira, Juiz de São Carlos, Luiz Roberto de Almeida, Juiz de Piracicaba, Sebastião Carlos Garcia, Juiz de Brotas, da Circunscrição de Rio Claro. E tantos outros: Ernani de Paiva, Roberto Rodrigues, José Alonso Beltrame, José Roberto Bedran, João Francisco Ravasi, os titulares e ex-titulares de Rio Claro, entre os quais Ranulfo de Melo Freire e Antonio Joaquim de Oliveira (...). E, no Ministério Público, a representar todos, Alcyr Menna Barreto de Araújo, o grande companheiro, e Cássio Juvenal Faria, natural de Rio Claro e nela Promotor Substituto.” Lembro ainda, pela proximidade, o Juiz Parahiba Campos e o Promotor Arthur Cogan.

“Qual de nós, nomeado para Rio Claro, não foi recebido, quiçá chegando pelo trem da Velha Paulista (...), talvez ao tempo do Fórum velho, instalado em cima da Caixa Econômica Estadual, pelo Dr. Luiz, já com chaves de possíveis imóveis oferecidos em aluguel, e levado para a convivência de sua família, verdadeiramente ‘pageado’ no início de uma etapa de vida (...)? Quantos não tiveram as primeiras sentenças lidas com essa leitura de parar tudo para a real atenção, joeirando os termos à boa moda antiga e querendo ver, escrito no papel, o justo? Quantos de Rio Claro não tiveram junto ao Doutor Luiz um instante de auxílio, ou alívio e esperança no trato com gente, ainda que com a liberdade suprimida pelo cumprimento da pena? Advogados, Funcionários em Geral, Policiais, forças vivas, os presos e seus familiares, todos conhecidos, tratados e ajudados pessoalmente?”

6. Todo juiz é um pouco contador de casos fazem a história viva das gentes da Justiça. Sobre Luiz Gonzaga de Arruda Campos, permitam-me recordar um pouco.

Leu minhas primeiras sentenças, pondo-me sentado a seu lado para analisá-las. E leu palavra por palavra, letra por letra – sujeitos, predicados e complementos! E foi analisando comigo, explicando-me as etapas de aplicação da pena e o “fecho” das sentenças. Sentou-se ao meu lado nas primeiras audiências, orientando-me.

Ensinou-me que, havendo presos na cadeia de minha Comarca, devia, na função de Juiz Corregedor dos Presídios, “correr a grade” toda semana, ainda que rapidamente, vendo os presos com a relação de nomes à mão, e sendo por eles visto, eventualmente atendendo a algum pedido de audiência. Nessa função, inexcusável o auxílio do Promotor Alcyr Menna Barreto de Araújo, que tantas vezes também realizou, em lugar do Juiz, essa visita às grades. Era a segurança da presença física de um representante da Justiça para os prisioneiros e policiais.

Nos primeiros dias de Rio Claro, recebeu-me em casa, com minha mulher e filha pequena, em família, mesa posta, dando-me as primeiras instruções sobre a Comarca e a cidade. E arranjou-me casa, na Avenida 1, em cima da Barbearia do Sr. Orlando, que frequentava. Ajudou-me a comprar o primeiro carro. Arranjou-me estacionamento. Quando sofri acidente, assumindo Araras, perdido meu carro, no dia seguinte estava em minha porta o carro particular do Dr. Luiz – que não dirigia, mas andava com motorista – para que eu pudesse ir trabalhar em Araras. Foi avalista de empréstimos, que todo Juiz era obrigado a fazer naqueles tempos de vencimentos parcos – e, quando me queixei disso, em tempos em que não havia cheque especial nem cartão de crédito, lembro-me bem da resposta: “—Você tem sorte! Nos tempos em que ingressei na Magistratura, em vez dos bancos, os Juizes tinham de pedir emprestado aos agiotas locais!

Já titular de outra Comarca, tive dificuldades de formular quesitos em um júri, em que tomado de surpresa por uma tese sustentada pelo próprio acusado no interrogatório. Não tive dúvidas: em intervalo, fechei-me no gabinete e telefonei ao Dr. Luiz, tarde da noite. E ele me instruiu sobre como fazer, terminando por ditar-me os quesitos – em tempo em que a complexidade da quesitação era um exercício digno de Leibniz! Aliás, em minha Comarca correu a notícia de que eu me trancara a estudar doutrina e jurisprudência, quando, na verdade, eu consultava a “Justiça Viva” naquele repositório de experiência e boa intenção de Justiça.

Era um corregedor da Polícia e dos Presídios rigoroso. Naquele tempo os presos em regra cumpriam a pena



na Comarca, na Cadeia Pública, só se enviando ao Sistema Penitenciário os muito perigosos ou que registrassem condenações plúrimas. Construiu e instalou a Casa do Albergado, concretizando sistema instalado juntamente com Ranulfo de Melo Freire, Titular da 2ª Vara. E ao lado trabalhavam alguns presos em atividades agrícolas. Inesquecível um deles<sup>5</sup>, negro imenso em força e porte, duplamente homicida perigoso, quando alcoolizado, como ele próprio admitia, a cuidar da horta do presídio, e vendendo, pessoalmente, inclusive para esposas dos Juízes, cenouras, alfaces e couves que cortava, com um grande facão afiado, igual aos instrumentos dos delitos que perpetrara!

Como promoveu a reinserção de presos na sociedade! Certamente até hoje deles haverá familiares na cidade que se lembrarão. Ocuparam-se da construção de casa, a começar da própria Casa do Albergado, e de outras construções, inclusive do Estádio de Futebol do Velo Rioclarense – equipe de que torcedor fiel – bem próximo à residência, na Rua Três. Naquilo que era função de “Juiz de Menores”, criou e sempre amparou a Guarda Mirim. Atuou nas causas sociais à sua moda, extremamente eficiente e realizador, como tranquilo homem de bem, sem buscar nada de reconhecimento, discreto, fugindo da notoriedade.

Sabia tudo da gente da Comarca – dos poderosos aos humildes. Era um Juiz criminal rigoroso, mas de enorme humanidade. Conhecia os presos antes de haverem delinquido, praticamente desde que nascido, pois lhes conhecia os pais! E com eles lidava pessoalmente, muitos deles trabalhando no Fórum ou em atividades controladas. Sabia confiar nas pessoas. Um dia meus pais me visitaram em Rio Claro e, para voltarem a Ribeirão Preto, sugeriu-me ele que, em vez de irem de trem, com baldeação em Barrinha, voltassem com meu carro, dirigido por um motorista que arranjaria. E de manhã apareceu-me um motorista de casa, inclusive com camisa azul típica de motorista profissional, o qual conduziu meu carro com meus pais. Na volta me perguntou se haviam gostado do motorista e, diante dos elogios, contou-me que era realmente um motorista profissional, mas então presidiário, homem bom, que conhecia desde criança, mas que, em triste desavença doméstica, tornara-se assassino da mulher e vivia corroído de arrependimentos, muito religioso, buscando sempre ajudar ao próximo enquanto cumpria a pena...

Certa vez chegou-me para a sentença um processo que envolvia pessoas influentes da cidade, lidando com familiares do seu mais estrito círculo de relações pessoais. Pediu-me que assumisse a Vara enquanto ia, não sei se viajar ou trabalhar em casa sem ir ao Fórum. Sentenciei e contra aquelas pessoas. Enviado o processo ao Cartório, telefonou-me ele – e não ao Cartório – perguntando o resultado. Nunca interferiu, nem insinuou interesse, no julgamento. Depois me disse que tinha se ausentado para que o julgamento fosse feito por outro juiz, com sua total confiança, e assim explicou depois aos familiares.

Também assumindo a Comarca nas férias, veio-me a terrível notícia de que um preso albergado, que às vezes também dirigia aquela velha “Kombi” do Fórum, dela havia se apossado e sumido. Os policiais se inquietavam e se preparavam para a ação, mas, tratando-se de presos albergados – conhecidos e acompanhados pessoalmente pelo Juiz Corregedor, trouxeram antes o caso a meu conhecimento. Telefonei para São Paulo e o Dr. Luiz recomendou que, antes de providências drásticas, um Delegado, em cuja prudência confiava, fosse procurar o alegado evadido em determinada propriedade rural, pois havia sido informado de que para lá haviam se mudado antigos familiares do preso – que lá foi encontrado com a viatura do fórum, recebendo, depois, as consequências do ato impensado, mas sem danos pessoais graves para ele, policiais e familiares...

Mandava-me livros, que não mais usava, por correio ou portadores. Um dia, chegando um pacote, imaginei mais livros. Era um pacote com dois processos, com início de sentenças, que me pedia para terminar de minutar – justificando, em bilhete curto, como de seu feitio, que era devido a peculiaridades do dispositivo, que me julgava adequado a destrinchar – o que fiz com prazer, devolvendo pelo correio.

Como gostaria que os familiares – que já começaram a fazê-lo em publicações – e os amigos do Dr. Luiz –



como alguns dos que aqui se encontram, entre eles o Advogado, que foi Prefeito à época, Álvaro Perin, pudessem registrar os episódios da memória. Como gostaria de ter estado naquelas mesas de bate-papo interminável, com cerveja e “Whisky”, na residência dele, de amigos e em alguns estabelecimentos comerciais, como, em certa época, o Bar e Restaurante Akamine, para mais relatar. Espero que a memória se recupere pelo escrito daqueles que sabem mais e ainda podem contar.

Em certo tempo, movia-se com dificuldade, ao excesso de peso. Mas estava sempre lá, presente na 1ª Vara, julgando, escrevendo, aconselhando, exercendo o papel de verdadeiro símbolo da Justiça na Comarca, que sempre o respeitou e verdadeiramente o idolatrou para todos os tempos, uma referência na história local.

7. Uma publicação familiar, conta a história da Família Arruda Campos. O livro “Os Quebra-Panelas”<sup>6</sup> narra como viviam as famílias da infância e juventude de Luiz Gonzaga de Arruda Campos – e de seu irmão, Geraldo Amaral Arruda – tempos em que a seriedade e o rigor da formação pessoal e familiar da época conviviam com a inocente pândega de então. Vale a pena ler para conhecer. Nesse livro, que tanto reflete a Família Arruda Campos, está uma preciosidade, o retrato do Juiz gravado por um preso por ele condenado.

Construiu imensa obra jurídica em sentenças e despachos. Pena que sentenças e despachos repousam deslembados nos arquivos judiciários. Mas um escrito jurídico publicado na Revista Jurídica Saraiva, pereniza o jurista: “A Renovação da Prova no Procedimento Oral”<sup>7</sup>.

O mais interessante, contudo, está no livro póstumo “Crônicas de Outros Tempos – Crônicas de Luiz Gonzaga de Arruda Campos, publicadas em jornais rio-clarenses<sup>8</sup> – com sugestiva dedicatória “Aos descendentes do autor/Aos descendentes de seus amigos”.

O volume começa com palavras de saudades da filha, Dra. Marilena de Arruda Campos Rodrigues, e primoroso discurso do Promotor Alcyr Menna Barreto de Araújo.

Não se vai aqui resumir as crônicas, falas e discursos. São dez capítulos, contendo 172 escritos. Impossível, contudo, deixar de ressaltar a cultura subjacente, com textos sobre Carlos Drummond de Andrade, Stefan Zweig, Camões e o Poeta Gustavo Teixeira; informação de fatos da história, como da Revolução de 32, os Onze de Agosto e Saudade de Matão, Itaporanga, os Paulistas, Gente de Meu Tempo; reta intenção sobre a Política e Eleições – ao longo exercício da Justiça Eleitoral no Interior; as Festas Nacionais; as lições sempre preocupadas com as Cadeias Públicas e seus dramas; O Prazer de Escrever; os amigos, alguns para mim também referências de saudades: Ribeiro Mancuso, Paco, Almeidinha, Mathias Arrudão (pseudônimo do grande Magistrado cassado, Dácio de Arruda Campos, seu primo) Piva, Antonio Abbud, Argemiro Escrivão, José Cardoso, o irmão Walter, o Promotor Cogan, João – e a Livraria Saraiva antiga, quanta saudade...

Das célebres “Conversas ao pé da Mesa” vêm escritos deliciosos: “Uma Noite na UTI”, Futebol, “Mui-Amigo”, “O Desquite”, “Coisas do Futebol” – e em “Cidades e Aspectos Pitorescos” estão, por exemplo, “Padre Protestante”, “Paulistas por Adoção” e “Gente do Meu Tempo”.

Escrevia curto, mas que estilo de escrever bem! Os discursos também eram breves, como as sentenças. As homenagens, recebia-as, mas não sem resistir e adiar – como o fez com o recebimento do Título de Cidadão Rioclarense, que achava dever receber apenas quando deixasse a Comarca.

8. Como faz bem à Justiça lembrar os grandes Magistrados de todos os tempos. São referências orgulho do passado e vetores para o futuro. Perenizou-se a memória com a atribuição do nome “Dr. Luiz Gonzaga

6 “Os Quebra-Panelas”, de Marilena de Arruda Campos Rodrigues.

7 Revista Jurídica Saraiva, vol. 82 (1974), págs. 203/204.

8 CAMPOS, Luiz Gonzaga de Arruda. “Crônicas de Outros Tempos”, Coordenação editorial: Marilena de Arruda Campos Rodrigues e Maria Lúcia de Arruda Aranha, S. Paulo, M.A.C. Rodrigues, 2001.



de Arruda Campos” ao Fórum da Comarca de Rio Claro<sup>9</sup>.

Para encerrar, permitam-me recorrer às palavras de outro grande Magistrado, o Desembargador Marzagão Barbuso, quando da aposentadoria do Juiz Luiz Gonzaga de Arruda Campos: “Permaneceu cerca de 25 anos na Comarca e a deixou aureolado pelo respeito, admiração e caminho, reveladores de um comportamento exemplar. Todas as lideranças sociais, unisonamente, se manifestaram, como se depreende do noticiário em relevo, do jornal Local “Cidade de Rio Claro”, de 18 a 20 de maio do corrente ano” (...) S. Exa., sem dúvida alguma, na sua longa permanência na comarca de Rio Claro, como exemplar chefe de família, como Juiz eficiente, estudioso e trabalhador, dedicando-se, ainda, às obras sociais da comunidade, sem atritos enfim, com sua vivência, contribuiu para revelar a verdadeira imagem do Magistrado Paulista (...). A permanência de Luiz Gonzaga de Arruda Campos, por mais de 25 anos na cidade de Rio Claro, com desinteresse no acesso a degraus mais elevados na carreira, para o que tinha suficientes condições morais, intelectuais e bagagem jurídica, revela um ambiente acolhedor, compreensivo, livre de preconceitos, somente pode resultar do pensamento e da ação de lideranças amadurecidas, inteligentes e bem intencionadas”<sup>10</sup>.

9. Felizes os familiares do Juiz Luiz Gonzaga de Arruda Campos pelo legado do exemplo e do nome querido e honrado; felizes seus amigos, Juízes, Promotores e Advogados que o tiverem por exemplo; feliz a gente de Rio Claro e das Comarcas pelas quais passou, por terem-no tido como Juiz Feliz a Magistratura de São Paulo, por havê-lo em sua história. Feliz a Justiça brasileira, por esse referencial imorredouro da Justiça de nossa terra por todos os tempos.

O filho do homenageado, juiz Pedro Ivo de Arruda Campos, falou em nome da família. “Sua utilidade para todos foi muito grande. Além da área do Direito, foi um homem que deixou a família muito contente e orgulhosa. Todos têm uma história engraçada para contar sobre ele. Quero agradecer esse projeto. É muito gostoso lembrar quem amamos e hoje os senhores nos permitiram isso”, concluiu.

O vice-presidente da Corte, desembargador Eros Piceli, também fez uso da palavra: “Tenho percebido que, durante essas homenagens, o TJSP sempre é agraciado. Ganhamos ao lembrarmos os nomes e a vida de cada um. Nos emocionamos ao mostrar o lado humano do juiz e seu dia a dia. Muito obrigado”.

Também participaram da solenidade o presidente da Seção de Direito Público do TJSP, desembargador Ricardo Mair Anafe; o decano do TJSP, desembargador José Damião Pinheiro Machado Cogan; o juiz assessor da Presidência da Seção de Direito Privado do TJSP, juiz Maurício Fossen, representando o presidente; a juíza diretora do Fórum de Rio Claro, Cyntia Andraus Carretta; o prefeito de Rio Claro, Du Altimari; o presidente da Câmara de Rio Claro, vereador João Luiz Zaine; o presidente da Comissão de Resgate da Memória da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo, José de Ávila Cruz, representando o presidente; os filhos do homenageado Marilena de Arruda Campos Rodrigues, José de Arruda Campos Neto, Luís Antonio de Arruda Campos, José de Assis Moura, Carlos Áureo de Arruda Campos, Pedro Ivo de Arruda Campos e Maria Teresa de Arruda Campos; as noras Zélia, Maria Helena, Nilce e Edisa; o genro Giorgi; os netos Roberto, Maria Cristina, Valéria, José Osório, Ana Paula, Luís Eduardo, Antonio Carlos, Joseano, Jonas, Joselena, José de Assis, Paulo César, Marilena, Luís Fernando, Luís Gonzaga, Maria Fernanda, William, Leonel e Vitor; os bisnetos Guilherme, Eduardo, Afonso, Marina, Lara, Helena, Rafael, Julia, Rodrigo, Luana, Carolina, Caio, Antonio, Estevão e Pedro; magistrados; advogados; autoridades civis e militares; demais familiares e servidores.

9 Assento TJSP n. 505, de 30.7.2014.

10 Discurso do Juiz MARZAGÃO BARBUTO, Julgados dos Tribunais de Alçada Civil, Lex, vol. 56, págs. 227/229.





**Trajetória** – Luiz Gonzaga de Arruda Campos nasceu na cidade de Araraquara em maio de 1912. Formou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), turma de 1934. Ingressou na Magistratura em meio de 1946, como juiz substituto nomeado para a Comarca de Presidente Prudente. Atuou, também, em São Pedro, Capivari, Agudos, Rio Claro, Mogi das Cruzes e na Capital. Aposentou-se em maio de 1979 e faleceu em julho de 1991.

